



Centro Universitário de Brasília

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS
ÁREA: CONTABILIDADE GERENCIAL

IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS PARA TOMADA DE DECISÕES GERENCIAIS

MÔNICA MIRANDA BARROSO
MATRÍCULA Nº 2020204-9

PROF. ORIENTADOR: JOÃO AMARAL DE MEDEIROS

Brasília/DF, maio de 2007

MÔNICA MIRANDA BARROSO

IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS PARA TOMADA DE DECISÕES GERENCIAIS

Monografia apresentada como um dos requisitos para conclusão do curso de Ciências Contábeis do UniCEUB – Centro Universitários de Brasília.

Prof. Orientador: João Amaral de Medeiros

Brasília/DF, maio de 2007

MÔNICA MIRANDA BARROSO

IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS PARA TOMADA DE DECISÕES GERENCIAIS

Monografia apresentada como um dos
requisitos para conclusão do curso de
Ciências Contábeis do UniCEUB –
Centro Universitário de Brasília.

Prof. Orientador: João Amaral de
Medeiros

Banca examinadora:

Prof(a). João Amaral de Medeiros
Orientador

Prof(a). Marcellus Egydio de Lima
Examinador

Prof(a). Eduardo Cesar Pasa
Examinador

Brasília/DF, maio de 2007

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda sabedoria e justiça.

Agradeço ao Professor João Amaral de Medeiros, pelos ensinamentos e sua dedicação na orientação desta monografia.

Aos Professores do Curso de Ciências Contábeis do UniCEUB pelos ensinamentos e oportunidade de convivência.

A todos os colegas de cursos, pela convivência saudável e pela solidariedade revelada por todos.

Aos meus pais, Roberto Barroso e Janete de Fátima Miranda Barroso, ao meu irmão Daniel Miranda Barroso e ao meu namorado Antônio Gomes Vitorino, pelo apoio prestado, carinho, dedicação, paciência e amizade durante todos esses anos.

Aos colegas de trabalho pela amizade e incentivo.

Enfim, a todos os que, de uma forma direta ou indireta concorreram para a produção desta pesquisa.

RESUMO

BARROSO, Mônica Miranda. A importância da análise de indicadores econômico-financeiros para tomada de decisão gerencial. Pág. 27. Monografia acadêmica. Curso de Ciências Contábeis. Brasília: UniCEUB, 2007.

Este trabalho foi elaborado sobre o tema Análise das Demonstrações Contábeis, com a delimitação: “A importância da Análise de Indicadores Econômico-Financeiros para tomada de decisões gerenciais”. Indicadores econômico-financeiros para efeito de análise e tomada de decisões vêm sendo utilizados há bastante tempo e em praticamente todos os Continentes. O que se procura mostrar no presente trabalho é a importância dessa utilização para tomada de decisões gerenciais, por parte de administradores e acionistas ou quotistas de empresas. A partir do conhecimento da situação econômica e financeira da empresa, evidenciada pelos indicadores, a atuação tempestiva por parte desses grupos, mediante adoção de medidas corretivas acertadas, evitará problemas futuros para a empresa sob análise, mantendo-a em patamares adequados de liquidez, rentabilidade e endividamento. Também o presente trabalho seleciona alguns indicadores de uso geral, capazes de fornecer informações complementares a essa tomada de decisão, não diminuindo a importância de informações relacionadas ao mercado de atuação da empresa e à economia em geral. As principais fontes de dados para apuração dos indicadores econômico-financeiros são: o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE). Os dados obtidos por meio da pesquisa permitiram concluir que a manutenção de produtos e serviços nos padrões do mercado é feita pelos gestores, por meio dos indicadores econômico-financeiros.

Palavras-chave: Indicadores econômico-financeiros; Demonstrações Contábeis; Análise; Decisões.

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 6 |
| 2 | REVISÃO DE LITERATURA E DISCUSSÃO DOS DADOS..... | 9 |
| 2.1 | INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS | 9 |
| 2.1.1 | ÍNDICES DE LIQUIDEZ | 10 |
| 2.1.1.1 | Índice de Liquidez Corrente (LC)..... | 10 |
| 2.1.1.2 | Índice de Liquidez Seca (LS)..... | 12 |
| 2.1.1.3 | Índice de Liquidez Geral (LG)..... | 13 |
| 2.1.1.4 | Índice de Liquidez Imediata (LI)..... | 14 |
| 2.1.2 | ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO..... | 15 |
| 2.1.2.1 | Quantidade de Dívida | 15 |
| 2.1.2.2 | Qualidade da Dívida | 17 |
| 2.1.3 | ÍNDICES DE RENTABILIDADE | 18 |
| 2.1.3.1 | Taxa de Retorno sobre Investimentos (TRI)..... | 18 |
| 2.1.3.2 | Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (TRPL)..... | 19 |
| 2.2 | DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS..... | 20 |
| 2.2.1 | BALANÇO PATRIMONIAL (BP)..... | 21 |
| 2.2.2 | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) | 22 |
| 2.3 | INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS NA TOMADA DE DECISÃO GERENCIAL | 22 |
| 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 25 |
| | REFERÊNCIAS..... | 27 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado sobre o tema Análise das Demonstrações Contábeis, com a delimitação: “A importância da Análise de Indicadores Econômico-Financeiros para tomada de decisões gerenciais”.

No século XXI, várias empresas são administradas por profissionais contratados com o objetivo de maximizar resultados para os proprietários. A maioria desses profissionais tem os rendimentos vinculados ao atingimento de metas estipuladas pelos proprietários, dentro do conceito de que quanto maior o lucro para os acionistas (ou cotistas), maior a remuneração dos administradores.

Insucesso no desempenho empresarial não interessaria, nem a proprietários nem a administradores, pois todos sairiam perdendo.

Conforme Coronado (2006, p. 111), a sobrevivência das empresas, em um ambiente competitivo, vincula-se diretamente à capacidade que os elementos têm de se antecipar aos acontecimentos desse ambiente. A administração das empresas bem sucedidas apóia-se em processos de planejamento de suas atividades.

As demonstrações contábeis fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A análise das demonstrações transforma esses dados em informações, como uma espécie de comunicação, para quem as recebe, podendo gerar uma reação ou decisão. (MATARAZZO, 2003, p. 15 e 16)

Em virtude da necessidade de essas informações serem prestadas para diversas pessoas de distintos conhecimentos, é importante que elas estejam em linguagem clara e de fácil entendimento. Diferentemente das demonstrações contábeis, que apresentam apenas dados técnicos de difícil entendimento.

Segundo Matarazzo (2003, p. 27):

O diagnóstico de uma empresa quase sempre começa com uma rigorosa Análise de Balanços, cuja finalidade é determinar quais são os pontos críticos e permitir, de imediato, apresentar um esboço das prioridades para a solução de seus problemas.

Por meio da análise das demonstrações contábeis é possível saber a situação econômica e financeira da empresa, permitindo concluir se a empresa está lucrando ou à beira da falência, se a empresa tem capacidade de liquidar suas dívidas, entre outras conclusões.

As análises das demonstrações contábeis podem ser elaboradas de diversas maneiras. Por exemplo, através da análise de indicadores econômico-financeiros, ou da análise horizontal e vertical.

A análise das demonstrações contábeis surgiu e desenvolveu-se dentro do sistema bancário. Antigamente era chamada de Análise de Balanços, uma vez que seu início se deu devido a exigência dos banqueiros americanos para que as empresas tomadoras de empréstimos apresentassem seus balanços.

Diante dessa necessidade foram estabelecidos alguns indicadores, inicialmente extraídos do balanço e posteriormente também das demais demonstrações contábeis.

Assim como em outras ciências é importante que os resultados de seus indicadores sejam comparados com os das demais empresa, especialmente do mesmo ramo, para uma avaliação da situação da empresa com o mercado.

Segundo Matarazzo (2003, p. 23): “Índices-padrão permitem adequada avaliação de qualquer índice de determinada empresa e proporcionam ao usuário da análise informação objetiva do seu desempenho.”

Devido a esses argumentos, aliado à necessidade de ressaltar a importância do trabalho gerencial para o meio acadêmico, surgiu o interesse de desenvolver a pesquisa sobre o tema.

Este trabalho tem como objetivo geral demonstrar a importância do uso da avaliação dos indicadores econômico-financeiros para tomada de decisão gerencial, através das informações contábeis.

Para orientar os rumos da pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar indicadores econômico-financeiros relacionados a fatores sujeitos a interferência direta dos gestores de empresas e definir a forma de apuração desses indicadores;
- Identificar as fontes de dados para elaborar os cálculos;
- Demonstrar a importância do uso dos indicadores para tomada de decisão.

Para facilitar o estabelecimento do universo da pesquisa, foi formulado o seguinte problema: Os indicadores econômico-financeiros são importantes para a tomada de decisão gerencial?

Para a elaboração do trabalho, foi utilizada pesquisa bibliográfica especializada em Contabilidade Gerencial e Análise das Demonstrações Contábeis, com vistas a identificar indicadores econômico-financeiros de uso comum, relacionados a fatores sujeitos a interferência direta dos gestores de empresas.

A partir desse levantamento, foram identificados os indicadores econômico-financeiros mais representativos, no conceito empresarial, bem como sua importância relativa. Também foram identificadas as fontes para extração dos indicadores econômico-financeiros, suas formas de apuração.

Segundo Marion (2002, p.15 a 17):

Os índices básicos de Liquidez (Corrente, Seca e Geral), Rentabilidade (da Empresa e do Empresário) e de Endividamento (Quantidade e Qualidade) são suficientes para ter uma visão superficial da empresa a ser analisada. Entendemos que o nível introdutório é ideal para os cursos de Contabilidade Introdutória, propiciando ao estudando uma idéia inicial das utilidades das Demonstrações Contábeis e que todo ensino de Contabilidade (Geral, Básica, Introdutória etc.) deveria abordar esses indicadores iniciais do tripé, evidenciando a Contabilidade como instrumento de tomada de decisão.

O trabalho está estruturado em três divisões. A primeira contém informações a respeito do tema, delimitação, justificativa da escolha do tema, o problema formulado e a metodologia utilizada. A segunda divisão contempla o desenvolvimento, onde expressa opinião de autores e a discussão dos dados obtidos dessas opiniões. A terceira divisão aborda o desfecho final, que recebeu o título de considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA E DISCUSSÃO DOS DADOS

As empresas, no século XXI, enfrentam novos tipos de concorrência, visto que a globalização ensejou a entrada de empresas ou simplesmente de produtos e serviços que são oferecidos a seus clientes.

O mercado exige que preços e qualidades sejam compatíveis com os da concorrência. Para que os gestores tenham condições permanentes de averiguar se a empresa atende as necessidades dos consumidores — sem perder de vista produtos similares — sob aspectos técnicos e de preços, são utilizados índices econômico-financeiros.

Segundo Matarazzo (2003, p. 148):

Os índices servem de medida dos diversos aspectos econômicos e financeiros das empresas. Assim como um médico usa certos indicadores de pressão e temperatura, para elaborar o quadro clínico do paciente, os índices financeiros permitem construir um quadro de avaliação da empresa.

A partir das demonstrações contábeis, os indicadores econômico-financeiros representam o diagnóstico da situação econômica e financeira da empresa, apresentando sua liquidez, rentabilidade e estrutura de endividamento.

2.1 Indicadores Econômico-Financeiros

Marion (2002, p. 36) define os Índices como sendo relações que se estabelecem entre duas grandezas, facilitando sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que a apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa que a observação de montantes, por si só.

Conforme Matarazzo (2003, p. 147), os Índices são relações entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Contábeis, que têm como sua principal característica fornecerem e evidenciar a situação econômica ou financeira da empresa.

A utilização de indicadores como fator de análise e correção de rumos gerenciais ocorre em nível mundial, reforçando a necessidade de demonstrações financeiras, fontes principais de informações para apuração dos índices, cada vez mais transparentes, tempestivas e observando padrões mundiais de comparabilidade.

2.1.1 Índices de Liquidez

Segundo Marion (2002, p. 83), os índices de liquidez são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos. Essa capacidade de pagamento pode ser avaliada considerando: longo prazo, curto prazo ou prazo imediato.

Conforme Matarazzo (p.163 e 164), os índices de Liquidez são extraídos do Balanço Patrimonial da empresa e não de fluxo de caixa, servindo portanto para medir se a base financeira da empresa, no período analisado, é sólida ou não.

A comparação desses indicadores com indicadores padrões dos setores de atuação da empresa e sua evolução em pelo menos três exercícios (análise horizontal), permitem visão mais adequada da situação da empresa, apontando posição mais adequada para tomada de decisões gerenciais.

2.1.1.1 Índice de Liquidez Corrente (LC)

O índice de Liquidez Corrente, também conhecido como Índice de Liquidez Comum, mostra a capacidade de pagamento no curto prazo. (MARION, 2002, p. 83).

A fórmula utilizada para calcular esse índice é o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante. Esses dados são encontrados no Balanço Patrimonial da empresa.

Quadro nº 1: Representa a fórmula para determinar o LC

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Marion (2002, p. 83).

O índice de Liquidez Corrente demonstra quanto existe de dinheiro e valores que poderão ser transformados em dinheiro capazes de saldar a dívida de empresa de curto prazo.

Pelo fato de esse índice demonstrar se a empresa será ou não capaz de pagar seus compromissos no curto prazo, é dada importância por parte dos empresários (gestores) responsáveis pela parte financeira da empresa em estar sempre melhorando esse índice.

Porém, ao analisar o índice de Liquidez Corrente, deve ser considerada a falta de sincronização entre recebimentos e pagamentos. Ou seja, por meio do índice não é possível identificar se os recebimentos ocorrerão em tempo para pagar as dívidas vencidas, conforme realça Marion (2002, p. 84).

Matarazzo (2003, p. 171) também identifica alguns pontos que devem ser considerados, como a impossibilidade em vender os estoques e receber as duplicatas instantaneamente, caso exista a necessidade de liquidação das dívidas da empresa.

Ressalte-se, a necessidade de avaliação deste e de qualquer outro indicador sempre em conjunto com outros índices e informações contábeis, além de dados do mercado de atuação da empresa sob análise.

2.1.1.2 Índice de Liquidez Seca (LS)

O índice de Liquidez Seca é calculado através de dados extraídos do Balanço Patrimonial, da seguinte forma: o Ativo Circulante menos os Estoques, dividido pelo Passivo Circulante.

Quadro nº 2: Representa a fórmula para determinar o LS

$$LS = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Matarazzo (2003, p. 173).

Segundo Matarazzo (2003, p.173), o índice de Liquidez Seca representa quanto a empresa possui de Ativo Circulante menos os Estoques para saldar o Passivo Circulante.

O índice de liquidez seca mostra, assim como o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento da empresa em curto prazo, porém sem considerar o valor do Estoque.

Para Marion (2002, p. 89), existem alguns cuidados que devem ser tomados para a correta análise desse índice. Deve ser analisado no conjunto com outros índices. É considerado bastante conservador já que elimina uma fonte de incertezas (estoque) para apreciação da situação financeira da empresa.

Matarazzo (2003, p. 174), assim como Marion, ressalta a importância de serem analisados os componentes do Ativo Circulante, por contemplarem investimentos de riscos diferentes.

É de comum acordo entre os autores citados, a importância de se eliminar os estoques do cálculo, por se tratar de uma fonte incerta para análise de liquidez.

2.1.1.3 Índice de Liquidez Geral (LG)

O índice de Liquidez Geral é calculado dividindo-se a soma de o Ativo Circulante com o Ativo Realizável a Longo Prazo, pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Exigível a Longo Prazo.

Quadro nº 3: Representa a fórmula para determinar o LG

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

Fonte: Marion (2002, p. 89).

Segundo Marion (2002, p.89), também conhecido como Índice de Liquidez Financeira, o Índice de Liquidez Geral mostra a capacidade de pagamento da empresa a Longo Prazo, relacionando, a curto e a longo prazos, tudo que será convertido em dinheiro com tudo que já foi assumido como dívida.

O índice de Liquidez Geral define quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para liquidar sua dívida total. (MATARAZZO, 2003, p. 164).

As divergências em datas de recebimento e de pagamento tendem a acentuar-se, quando a análise é efetuada em períodos longos, ou seja, o recebimento dos Ativos pode divergir consideravelmente do pagamento do Passivo. Esses desvios podem tendenciar a uma análise equivocada. (Marion 2002, p. 90)

A comparação histórica é uma forma de facilitar a análise desse índice para a tomada de decisão gerencial. Porém é importante que esses valores históricos estejam corretamente calculados, e se possível para melhor comparação, trazer essas importâncias para valor presente, principalmente em casos de ocorrência de inflação.

Matarazzo (2003, p.167), lembra que as dívidas de longo prazo não vencem imediatamente e que até o seu vencimento a empresa poderá gerar recursos.

2.1.1.4 Índice de Liquidez Imediata (LI)

O Índice de Liquidez Imediata identifica a capacidade de pagamento imediata da empresa para o pagamento das obrigações de curto prazo. Esse índice é calculado dividindo-se as Disponibilidades pelo total do Passivo Circulante.

Quadro nº4: Representa a fórmula para determinar o LI

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Fonte: Marion (2002, p. 91).

Conforme o Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (2003, p. 86):

A intitulação Disponibilidades, dada pela Lei no 6.404, é usada para designar dinheiro em caixa e em bancos, bem como valores equivalentes, como cheques em mãos e em trânsito que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da empresa e para os quais não haja restrições para uso imediato. As aplicações de liquidez imediata e os estoques também são classificados em disponibilidades.

Também não são adequados índices de liquidez imediata muito elevados, considerando que a manutenção de recursos em Caixa e Bancos, além do necessário, pode fazer com que a empresa não tenha seus capitais adequadamente protegidos da inflação, segundo lembra Marion (2002, p. 91).

Para análise desse índice deve-se ter em mente que está sendo comparado um item imediatamente disponível com um item de vencimento de até 360 dias. Seria mais adequada, para tomada de decisão, a relação entre o disponível com o valor atual do passivo circulante, utilizando uma taxa de desconto para trazer a valor presente os vencimentos futuros, conforme Ludícibus (1998, p. 80).

2.1.2 Índices de Endividamento

Os índices de endividamento demonstram, assim como os índices de liquidez, a situação financeira da empresa, também devendo ser analisados em comparação às médias verificadas por empresas de igual segmento de atuação, bem como abrangendo mais de um exercício social (três ou mais).

Segundo Marion (2002, p. 104 a 106), os índices de endividamento mostram o grau (quantidade) de endividamento da empresa e a composição (qualidade) desse endividamento.

Para a correta análise do endividamento, há necessidade de detectar as características das empresas para a utilização dos recursos. Os endividamentos das empresas que recorrem a dívidas como complemento dos Capitais Próprios, são considerados sadios, mesmo se forem elevados, pois as aplicações produtivas deverão gerar recursos que no futuro saldarão o compromisso assumido. Porém os endividamentos feitos pelas empresas apenas para saldar outras dívidas podem ser viciosos, uma vez que essas dívidas não geram recursos, podendo levar a empresa à falência, conforme explica Marion (2002, p. 105).

É necessário verificar se os encargos incidentes sobre endividamento, feito como complemento do Capital Próprio, estão aquém da margem de ganho obtido pela empresa em seu giro operacional.

2.1.2.1 Quantidade de Dívida

Os índices que são usados para calcular a quantidade da dívida informam se a empresa utiliza mais Capital de Terceiros (Passivo Circulante mais Exigível a Longo Prazo) ou Capital Próprio (Patrimônio Líquido) nas aplicações de recursos, ou seja, o Ativo da empresa. (MARION, 2002, p. 104)

A quantidade da dívida pode ser calculada através do Índice de Participação de Capitais de Terceiros sobre Recursos Totais.

O índice de participação (IP) de capitais de terceiros sobre os recursos totais é calculado dividindo-se a soma de o Passivo Circulante com o Passivo Exigível a Longo Prazo (Capital de Terceiros) pela soma do Capital de Terceiros com o Patrimônio Líquido (Capital Próprio).

Quadro nº 5: Representa a fórmula para determinar o IP

| |
|---|
| $IP = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Capital de Terceiros} + \text{Capital Próprio}}$ |
|---|

Fonte: Marion (2002, p. 154).

Segundo Matarazzo (2003, p. 154), o índice de participação de terceiros sobre os recursos totais relaciona duas grandes fontes de recursos da empresa, Capitais Próprios e Capitais de Terceiros, mostrando a dependência ou não da empresa em capitais de terceiros.

Do ponto de vista financeiro, quanto maior for a utilização de capitais de terceiros, menor será a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior será a dependência desses terceiros. Mas no ponto de vista de obtenção de lucro, pode ser vantajoso para a empresa trabalhar com capitais de terceiros, se a remuneração paga a esses capitais de terceiros for menor do que o lucro conseguido com sua aplicação nos negócios. (MATARAZZO, 2003, p. 154).

É de se destacar a existência de capitais de terceiros não onerosos, como prazo de pagamento concedido por fornecedores, por exemplo, e onerosos, como os fornecidos por instituições financeiras, com cobrança de encargos. Quanto maior for a participação no capital de terceiros de recursos não onerosos, melhor para a empresa.

Outro ponto que merece atenção é que os acionistas ou quotistas esperam retorno sobre os capitais que investiram ou mantêm na empresa. Com a diversidade de opções de investimento em bolsa de valores, mercado imobiliário, fundos financeiros DI, fixo, multimercado, torna-se necessário remunerar adequadamente o capital colocado e acumulado na empresa pelos acionistas ou quotistas (capital próprio).

O ideal mesmo é que essa remuneração seja igual ou maior à que poderia ser obtida pelo investidor em outras modalidades de aplicação financeira (custo de oportunidade do capital).

2.1.2.2 Qualidade da Dívida

De acordo com Marion (2002, p. 106), a análise da qualidade da dívida, ou seja, da composição de endividamento da empresa, pode ser a curto ou a longo prazo. O endividamento a curto prazo normalmente é utilizado para financiar o Ativo Circulante. Já o endividamento a longo prazo normalmente é utilizado para financiar o Ativo Permanente.

O Índice de Composição do Endividamento é utilizado para calcular a qualidade da dívida.

Para calcular o índice de Composição do Endividamento (CE) faz-se necessária a divisão do Passivo Circulante pelo Capital de Terceiros (Passivo Circulante mais Exigível a Longo Prazo).

Quadro nº 6: Representa a fórmula para determinar o CE

| |
|--|
| $CE = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}}$ |
|--|

Fonte: Marion (2002, p. 156).

Para a tomada de decisão gerencial o índice de Composição do Endividamento gera a informação do percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais. (MATARAZZO, 2003, p. 156).

Para Marion (2002, p. 106): “a proporção favorável seria de maior participação de dívidas a Longo Prazo, propiciando à empresa tempo maior para gerar recursos que saldarão os compromissos.”

Com isso, os recursos que apresentaram resultados em longos prazos devem ser financiados por dívidas também de longo prazo, evitando descasamento de prazos entre o vencimento da dívida e o recebimento dos valores gerados pela atividade da empresa.

2.1.3 Índices de Rentabilidade

Segundo Marion (2002, p. 139), os índices de Rentabilidade estão voltados para o potencial de vendas da empresa, para sua habilidade em gerar recursos, para a evolução das despesas, entre outros.

Conforme Matarazzo (2003, p. 175), os índices de Rentabilidade mostram qual a rentabilidade dos capitais investidos, isto é, quanto renderam os investimentos e, portanto, qual o grau de êxito econômico da empresa.

Os índices de rentabilidade estão voltados para os aspectos econômicos. Valores que são encontrados através dos resultados, ou seja, na Demonstração do Resultado do Exercício.

Para Marion (2002, p. 139), o objetivo é calcular a taxa de lucro, ou seja, comparar o lucro em valores absolutos com valores que guardam alguma relação com o mesmo.

Ainda segundo Marion (2002, p. 139), diversos conceitos de lucro, por exemplo, Lucro Líquido, Lucro Operacional e Lucro Bruto, podem ser utilizados nos cálculos dos índices de Rentabilidade. Porém para que a análise desse índice não seja distorcida, é necessário que o numerador seja coerente com o denominador. O tipo de lucro usado no denominador deve ser o mesmo que o utilizado no numerador.

2.1.3.1 Taxa de Retorno sobre Investimentos (TRI)

A taxa de retorno sobre investimentos é calculada dividindo-se o Lucro Líquido pelo Ativo Total. Do ponto de vista da empresa, a TRI representa o poder de ganho da empresa. (MARION, 2002, p. 140).

Quadro nº 7: Representa a fórmula para determinar a TRI

$$\text{TRI} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Fonte: Marion (2002, p. 140).

Conforme Matarazzo (2003, p. 179), a Taxa de Retorno sobre Investimentos mostra quanto a empresa obteve de Lucro Líquidos em relação ao Ativo. É uma medida da capacidade da empresa em gerar Lucro Líquido e assim poder capitalizar-se.

2.1.3.2 Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido (TRPL)

A taxa de retorno sobre o patrimônio líquido é calculada através da divisão do Lucro Líquido pelo Patrimônio Líquido. Do ponto de vista dos proprietários, a TRPL representa o poder de ganho dos proprietários. (MARION, 2002, p. 141).

Quadro nº 8: Representa a fórmula para determinar a TRPL

$$\text{TRPL} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Fonte: Marion (2002, p. 141).

Conforme Matarazzo (2003, p. 181), a Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido apresenta qual é a taxa de rendimento do Capital Próprio. Essa taxa deve ser comparada com outras taxas do mercado, como Caderneta de Poupança, CDBS, Letras de Câmbio, entre outras, podendo avaliar se a rentabilidade da empresa é superior ou inferior a essas opções.

Segundo Santi Filho e Olinquevitch (1993, p. 235): “É uma medida da eficiência gerencial na utilização dos recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas ou proprietários, pois se trata da remuneração do capital próprio.”

A análise da Taxa de Retorno sobre o Patrimônio Líquido comparada com as de mercado se faz necessária para saber se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior ao mercado, podendo assim subsidiar a tomada de decisão gerencial sobre a utilização dos recursos de capital próprio e de terceiros.

2.2 Demonstrações Contábeis

Coronado (2006, p. 34) considera:

O Sistema Contábil como o trabalho original para a formação de qualquer empresa. Cabe ao gestor realizar um estudo sobre a natureza dos fatos ocorridos na empresa, culminando com o planejamento dos relatórios e formulários necessários para os registros da transações.

A Lei nº 6.404/86 em seu artigo 176 propõe as seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstrativo de Origens e Aplicação de Recursos, Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, e Demonstrativo de Mutações do Patrimônio Líquido. Porém essas demonstrações não são obrigatórias para todas as empresas, apenas para as empresas de sociedades anônimas.

Coronado (2006, p. 65) enfatiza a necessidade de elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com os princípios contábeis, para uso dos gestores como ferramenta de tomada de decisão gerencial.

Os administradores, ou sejam aos profissionais internos nas empresas, usam as demonstrações contábeis para extrair informações sobre a situação econômico-financeira da empresa.

Segundo Marion (2002, p. 22) é dada maior ênfase para o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício, por evidenciarem de forma objetiva a situação financeira da empresa e a situação econômica.

As demonstrações contábeis utilizadas para calcular os indicadores econômico-financeiros são: Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados do Período.

Porém é importante averiguar a qualidade das informações contidas nas demonstrações contábeis para que não ocorram distorções na hora de calcular os indicadores econômico-financeiros.

Conforme Marion (2002, p. 22 e 23) o que dá credibilidade as demonstrações contábeis é a obediência aos requisitos previstos na Lei nº 6.404/76, tendo sua elaboração feita por contador e parecer de auditoria externa, desde que não haja vínculo entre o auditor e a empresa.

2.2.1 Balanço Patrimonial (BP)

Segundo Coronado (2006, p. 65 e 66), entende-se por Balanço Patrimonial a representação gráfica do patrimônio ou riqueza de uma entidade física ou jurídica, enfatizando que o patrimônio significa o conjunto de bens e direitos deduzidos das obrigações a pagar.

Conforme Iudícibus e Marion (2002, p. 185):

O Balanço Patrimonial é a peça contábil que retrata a posição das contas de uma entidade após todos os lançamentos das operações de um período terem sido feitos, após todos os provisionamentos (depreciação, devedores duvidosos entre outros) e ajustes, bem como após o encerramento das contas de Receitas e Despesas do exercício terem sido encerradas.

A Lei nº 6.404/76, art. 178, define dois grupos do Balanço Patrimonial: Ativo como as aplicações de recursos, bens e direitos e o Passivo sendo as obrigações mais o Patrimônio Líquido que representa o valor líquido da empresa.

Para Coronado (2006, p. 66), os bens são considerados úteis desde que satisfaçam as necessidades das pessoas e das empresas. Esse autor entende por direito o poder que a empresa tem de exigir valores de terceiros. E considera obrigações, as dívidas ou compromissos que serão cobrados por terceiros, exigindo o seu pagamento na devido vencimento.

Conforme os artigos 178 e 179, da Lei no 6.404/76, no Ativo as contas serão apresentadas em ordem decrescente de grau de liquidez e, no Passivo as contas serão classificadas em ordem decrescente de prioridade de pagamento das exigibilidades.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Segundo Coronado (2006, p. 77), a Demonstração do Resultado do Exercício procura evidenciar as contas de receitas e despesas em determinado período, respeitando o princípio da competência, ou seja, toda receita precisa ter seu custo no mesmo período em que ocorreu.

Conforme o Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (2003, p. 31):

A Lei no 6.404/76 define o conteúdo da Demonstração do Resultado do Exercício, que deve ser apresentada na forma dedutiva, com os detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas e definindo claramente o lucro ou prejuízo líquido do exercício, e por ação, sem confundir-se com a conta de Lucros Acumulados, onde é feita a distribuição ou alocação de resultados.

Marion (1996, p. 66) afirma que a cada exercício social a empresa deve apurar o resultado dos seus negócios. A apuração do resultado é realizada através da Demonstração do Resultado do Exercício, apresentando um resumo ordenado das receitas e despesas do período, facilitando a tomada de decisão gerencial.

Coronado (2006, p. 77) complementando a afirmação de Marion, diz que por meio da apuração do resultado, é possível verificar se o objetivo da empresa foi alcançado.

2.3 Indicadores Econômico-Financeiros na Tomada de Decisão Gerencial

Segundo Matarazzo (2003, p. 28), a análise das demonstrações contábeis permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa. Permite também a estimação do futuro da empresa, suas limitações e suas potencialidades.

Marion (2002, p.15) cita que só é possível conhecer a verdadeira situação financeira da empresa através da análise de Liquidez e de Endividamento (Estrutura de Capital). E para o conhecimento da situação econômica, faz-se necessário a análise da Rentabilidade.

Marion (2002, p. 24) relaciona algumas técnicas de análise das demonstrações contábeis: Indicadores Econômicos e Financeiros, Análise Horizontal e Vertical, Análise da Taxa de Retorno sobre Investimentos, entre outras.

Para estudo do trabalho, foi considerada a técnica de análise sobre os Indicadores Econômicos e Financeiros, definindo sua fórmula de cálculo, sua interpretação e a conceituação de cada indicador.

Primeiro passo é a extração dos índices das demonstrações contábeis. Depois se verifica a necessidade de comparar os índices com os Índices-Padrão. Só após a ponderação das diferenças nas informações, será possível se chegar a uma conclusão que futuramente será útil para tomada de decisão. (MATARAZZO, 2003, p. 20).

Conforme Matarazzo (2003, p. 187), a análise das demonstrações contábeis só adquire consistência e objetividade quando os índices são comparados com os padrões, pois, do contrário, as conclusões se sujeitam à opinião de quem estiver analisando.

Esses padrões, acima mencionados, são os padrões definidos pelo mercado em cada segmento, ou seja, para cada ramo empresarial, existe um padrão observável.

Matarazzo (2003, p. 148) defende que não é importante o uso de grande número de índices. A quantidade vai depender da profundidade da análise desejada.

Segundo Ludícibus (1998, pg. 65):

É muito mais útil calcular um certo número selecionado de índices e quocientes, de forma consistente, de período para período, e compará-los com padrões estabelecidos e tentar, a partir daí, tirar uma idéia de quais problemas merecem uma investigação maior, do que apurar dezenas e dezenas de índices, sem correlação entre si, sem comparações e, ainda, pretender dar um enfoque e uma significação absolutos a tais índices e quocientes.

Para Marion (2002, p. 90), alguns preceitos devem ser observados, quando à utilização de índices, para que não ocorram distorções ou interpretações inadequadas, o que poderia comprometer a toma de decisão. Os preceitos são:

- Não considerar qualquer indicador isoladamente (associar os índices entre si);
- Apreciar o indicador em uma série de anos, pelo menos três;
- Comparar os índices encontrados como índices-padrão, ou seja, índices das empresas concorrentes (mesmo ramo de atividade).

Baseado nos indicadores econômico-financeiros, os analistas poderão fazer propostas para que decisões sejam tomadas, afim de melhorar a situação econômica e financeira da empresa. (MARION, 2002, p. 45).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indicadores são importantes instrumentos utilizados pelos gestores empresariais para obterem diagnóstico da situação econômico-financeira das empresas.

Os índices servem também para facilitar o trabalho de analistas e investidores, fornecedores e bancos, ao tentarem comprometer recursos nas empresas.

Os indicadores de liquidez permitem avaliação da capacidade de pagamento de compromissos de curto prazo, longo prazo ou prazo imediato.

Os índices de endividamento, paralelamente aos de liquidez, apontam a situação financeira da empresa, e devem ser analisados levando-se em comparação o comportamento financeiro de empresas de segmento semelhante.

Esses índices mostram o grau de endividamento da empresa, ou seja, a quantidade de capital de terceiros ou de capital próprio que está investido na empresa. Também mostram a qualidade da dívida da empresa, se está investida a curto ou a longo prazo.

Os índices de rentabilidade demonstram a situação econômica da empresa, evidenciando a rentabilidade dos capitais investidos, isto é quanto renderam os investimentos, tanto para o ponto de vista da empresa como para dos proprietários. Esses índices, comparados com o de outras empresas de igual segmento, refletem se a empresa oferece rentabilidade superior ou inferior ao mercado.

As demonstrações contábeis são utilizadas pelos gestores como ferramenta de tomada de decisão gerencial. É dada maior ênfase para o Balanço Patrimonial e para Demonstração do Resultado do Exercício, por evidenciarem a situação financeira e econômica da empresa, respectivamente.

Os indicadores econômico-financeiros são extraídos das demonstrações contábeis, porém é importante averiguar se as demonstrações contábeis seguem aos princípios contábeis, se foram feitas de acordo com a lei nº 6.404/76 por contador e se foram revisadas e assinadas por auditores externos.

Não existe a necessidade do uso de grande número de indicadores econômico-financeiros para auxiliar a tomada de decisão gerencial. O que existe, é a necessidade dos índices calculados serem analisados corretamente, tendo por base dados confiáveis.

Para que não ocorram distorções ou interpretações inadequadas que poderiam comprometer a tomada de decisão, é fundamental que os índices não sejam analisados isoladamente e que sejam comparados internamente a uma série de índices de anos anteriores, de preferência três anos, e externamente com índices de empresas do mesmo ramo (segmento).

O problema inicialmente proposto foi respondido através da pesquisa. Como se verifica, os indicadores econômico-financeiros são importantes instrumentos de gestão, fornecendo, a partir de sua apuração e correta análise, importantes informações para a tomada de decisão por parte dos gestores da empresa.

A adoção tempestiva de medidas corretivas daí decorrentes possibilita aos gestores manter a empresa sob sua responsabilidade competitiva, saudável e interessante, para investidores, fornecedores e clientes, a partir da melhor adequação de seu índice de capitalização (índices de liquidez), correta seleção das fontes de financiamento de capital (índices de endividamento) e melhora da rentabilidade oferecida (índices de rentabilidade).

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Lei das Sociedades Anônimas.* Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 24 abril 2007.

CORONADO, Osmar. *Contabilidade gerencial básica.* São Paulo: Saraiva, 2006.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Contabilidade gerencial.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Introdução à teoria da contabilidade.* 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. *Contabilidade básica.* São Paulo: Atlas, 1996.

_____. *Análise das demonstrações contábeis.* 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SAINT FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. *Análise de balanços para controle gerencial.* 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.